

RECURSO ESPECIAL Nº 1.426.102 - RS (2013/0412951-9)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : UNIMED SANTA ROSA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVIÇO MÉDICO LTDA
ADVOGADO : CARLOS WALDEMAR BLUM - RS030910
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundado no CPC/73, manejado por **Unimed Santa Rosa - Sociedade Cooperativa de Serviço Médico Ltda.**, com base no art. 105, III, *a e c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fls. 210/211):

TRIBUTÁRIO. ARROLAMENTO DE BENS. RESTRIÇÃO AO DIREITO DE PROPRIEDADE OU DE ALIENAÇÃO. INEXISTÊNCIA. VENDA OU DAÇÃO EM PAGAMENTO. POSSIBILIDADE. LIQUIDAÇÃO DO CRÉDITO, CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA SUFICIENTE DO CRÉDITO, SUBSTITUIÇÃO DO BEM ARROLADO. HIPÓTESES EXCLUSIVAS PARA O CANCELAMENTO DO ARROLAMENTO.

1. *O arrolamento de bens, disciplinado no artigo 64 da Lei n.º 9.532/97, é um procedimento administrativo onde a autoridade fiscal realiza um levantamento dos bens dos contribuintes, arrolando-os, sempre que o valor dos créditos tributários de sua responsabilidade for superior a trinta por cento do seu patrimônio conhecido e o valor do débito fiscal for superior a R\$ 500.000.00.*

2. *O arrolamento de bens se apresenta como um procedimento administrativo preparatório de uma futura e eventual medida cautelar fiscal, não surtindo autonomamente efeitos com relação aos bens arrolados, já que não impede a alienação dos bens arrolados.*

3. *A obrigação do contribuinte restringe-se, quando do arrolamento de bens, a comunicar ao órgão fazendário acerca da alienação, transferência ou oneração dos bens arrolados, o que demonstra que o registro não impede o uso, gozo e disposição dos bens, mas sim o impedimento da dilapidação do patrimônio do contribuinte devedor.*

4. *O cancelamento do registro do arrolamento na matrícula do imóvel somente pode ser procedido após a liquidação do crédito ou após a constituição de garantia suficiente, coma*

Superior Tribunal de Justiça

penhora de bens. É o que estabelece os §§8º e 9º, do artigo 64 da Lei 9.532/92, in

5. *O fato de o pedido administrativo para o levantamento da anotação de arrolamento ter sido indeferido pela Administração e a alegação de que a desconstituição do arrolamento 'irá demorar anos para acontecer' não torna o arrolamento ilegal.*

6. *O fato de o imóvel arrolado ter sido objeto de dação em pagamento para saldar dívida de com ente federativo, ou mesmo o fato de o Município ter planejado destinação específica ao imóvel não torna o arrolamento ilegal ou justifica a sua desconstituição.*

7. *O arrolamento de bens importa não importa em restrição ao exercício do direito do contribuinte de extinguir crédito tributário definitivamente constituído, tampouco importa em restrição do direito do eventuais credores de receber o imóvel, pois não impede o devedor postular a substituição do bem arrolado, ou oferecer outros bens em pagamento.*

8. *Os arts. 64 e 64-A, da Lei nº 9.532/97, ao criarem mecanismos de proteção ao crédito fiscal da União não causam embaraço ao exercício de quaisquer das modalidades de extinção do crédito tributário, tampouco violam o direito do contribuinte ou de quaisquer entes federados, na medida em que não impedem o devedor de oferecer bens idôneos, livres ou não arrolados, para satisfação de outros créditos. Do mesmo modo, o instituto do arrolamento também não impede o devedor de pleitear a substituição do bem gravado.*

A parte recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 64 e 64-A da Lei 9.532/97. Sustenta, em resumo, que: (I) "*durante todo o feito a Impetrante alegou e justificou que no caso concreto a limitação ao patrimônio do contribuinte sustenta-se na existência de lançamento fiscal pendente de análise de defesa e recurso administrativo. Nesse sentido, o crédito fiscal encontra-se com sua exigibilidade suspensa, impossibilitando sua cobrança administrativa e judicial enquanto perdurar o julgamento do recurso administrativo em comento (artigo 150, II, do CTN). Qualquer ato concreto de invasão ao patrimônio de qualquer contribuinte deverá preceder do lançamento fiscal, assim entendido como o esgotamento do litígio administrativo conducente à constituição do crédito fiscal*" (fl. 223) (fl. 224); (II) o arrolamento administrativo teria lhe causado prejuízos, uma vez que teria impossibilitado a dação em pagamento em favor do Município de Santa Rosa, a ser utilizado para a construção de escola pública, pois o Ministério da Educação não teria autorizado a obra

Superior Tribunal de Justiça

em razão do óbice decorrente do arrolamento, razão pela qual deveria ser desconstituído.

Contrarrazões às fls. 247/252.

Parecer do Ministério Público Federal às fls. 297/309.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Registre-se, de logo, que a decisão recorrida foi publicada na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

No que tange à alegação de que não seria possível o procedimento administrativo de arrolamento de bens nos casos em que houver processo administrativo buscando discutir o lançamento do tributo, por estar suspensa a exigibilidade, tem-se que o Tribunal de origem não se manifestou sobre tal aspecto, tampouco foram opostos embargos declaratórios para suprir eventual omissão. Portanto, à falta do necessário prequestionamento, incide o óbice da Súmula 282/STF.

Já em relação à legalidade do arrolamento administrativo de bens, a Corte de origem adotou os seguintes fundamentos (fls. 207/209):

O arrolamento de bens é medida administrativa, que tem amparo no art. 64 da Lei 9.532/97, in verbis:

Art. 64. A autoridade fiscal competente procederá ao arrolamento de bens e direitos do sujeito passivo sempre que o valor dos créditos tributários de sua responsabilidade for superior a trinta por cento do seu patrimônio conhecido.

§ 1º Se o crédito tributário for formalizado contra pessoa física, no arrolamento devem ser identificados, inclusive, os bens e direitos em nome do cônjuge, não gravados com a cláusula de incomunicabilidade.

§ 1o No arrolamento, devem ser identificados também os bens e direitos: (Redação dada pela Medida Provisória nº 449, de 2008)

I - em nome do cônjuge, desde que não comunicáveis na

Superior Tribunal de Justiça

forma da lei, se o crédito tributário for formalizado contra pessoa física; ou (Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008)

II - em nome dos responsáveis tributários de que trata o art. 135 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional. (Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008)

§ 1º Se o crédito tributário for formalizado contra pessoa física, no arrolamento devem ser identificados, inclusive, os bens e direitos em nome do cônjuge, não gravados com a cláusula de incomunicabilidade.

§ 2º Na falta de outros elementos indicativos, considera-se patrimônio conhecido, o valor constante da última declaração de rendimentos apresentada.

§ 3º A partir da data da notificação do ato de arrolamento, mediante entrega de cópia do respectivo termo, o proprietário dos bens e direitos arrolados, ao transferi-los, aliená-los ou onerá-los, deve comunicar o fato à unidade do órgão fazendário que jurisdiciona o domicílio tributário do sujeito passivo.

§ 4º A alienação, oneração ou transferência, a qualquer título, dos bens e direitos arrolados, sem o cumprimento da formalidade prevista no parágrafo anterior, autoriza o requerimento de medida cautelar fiscal contra o sujeito passivo.

O procedimento administrativo tem escopo preparatório de futura e eventual medida cautelar fiscal, não surtindo autonomamente efeitos com relação aos bens arrolados, já que não impede a alienação dos bens arrolados. Essa medida tem por objetivo evitar que o desapossamento de bens por contribuintes que tenham dívidas vultosas frente ao total de seu patrimônio, ocorra sem o conhecimento do fisco e de eventuais terceiros, com prejuízo a credores e a pessoas de boa-fé.

No caso dos autos, tenho que não foi demonstrada qualquer mácula de ilegalidade no arrolamento de bens realizado em face da devedora UNIMED SANTA ROSA. Muito pelo contrário, ao tempo do arrolamento restaram atendidas todas os requisitos estabelecidos no artigo 64 da Lei 9.532/92, quais sejam a existência de dívida superior a R\$500.000,00 e superior a 30% do patrimônio conhecido da devedora, fato este tido como incontroverso, pois sequer foi objeto de impugnação na inicial do mandado de segurança.

O cancelamento do registro do arrolamento na matrícula do imóvel somente pode ser procedido após a liquidação do crédito ou após a constituição de garantia suficiente, com a penhora de bens. É o que estabelece os §§8º e 9º, do artigo 64 da Lei 9.532/92, in verbis:

Superior Tribunal de Justiça

§ 8º Liquidado, antes do seu encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa, o crédito tributário que tenha motivado o arrolamento, a autoridade competente da Secretaria da Receita Federal comunicará o fato ao registro imobiliário, cartório, órgão ou entidade competente de registro e controle, em que o termo de arrolamento tenha sido registrado, nos termos do § 5º, para que sejam anulados os efeitos do arrolamento.

§ 9º Liquidado ou garantido, nos termos da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, o crédito tributário que tenha motivado o arrolamento, após seu encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa, a comunicação de que trata o parágrafo anterior será feita pela autoridade competente da Procuradoria da Fazenda Nacional.

Na hipótese dos autos do mandado de segurança, não há notícia de que tenha sido tomada qualquer das duas providências. O fato de o pedido administrativo para o levantamento da anotação de arrolamento ter sido indeferido pela Administração e a alegação de que a desconstituição do arrolamento 'irá demorar anos para acontecer' não torna o arrolamento ilegal. Haveria ilegalidade, sim, se as condições para o cancelamento do registro, quais sejam a penhora ou a liquidação do crédito, tivessem se implementado, e a Fazenda Nacional houvesse criado obstáculo ao cancelamento do registro. Nesse ponto, percebe-se que a demora para o cancelamento do registro da penhora, portanto, depende tão-somente da parte devedora. Diga-se, o tempo necessário para o cancelamento do arrolamento é o tempo para a devedora proceder à extinção do crédito, ou mesmo oferecer garantias para tanto. Seja como for, tal demora, não pode ser imputada ao credor, na medida em que a devedora dispõe até mesmo de instrumentos processuais para caucionar o crédito, antes de ajuizada execução fiscal. Não bastasse isso, a devedora poderia inclusive, ter postulado administrativamente a substituição do bem arrolado, já que alega possuir patrimônio suficiente para tal.

Nota-se, assim, que o fato de aquele imóvel especificamente ter sido objeto de dação em pagamento para saldar dívida de ISS, ou mesmo o fato de o Município ter planejado destinação específica ao imóvel, que dependeria de eventual desoneração ou inexistência de gravame sobre o mesmo, de modo algum tornam o arrolamento ilegal ou justificam a sua desconstituição. Outrossim, o fato de a devedora ter sequer postulado administrativamente a substituição do bem no arrolamento ou mesmo de ter oferecido outro bem não gravado para dação em pagamento esvazia o argumento formulado no sentido de que 'o arrolamento importa em restrição ao exercício do direito do

Superior Tribunal de Justiça

contribuinte de extinguir crédito tributário definitivamente constituído, bem como por importar em restrição do direito do Município de receber o imóvel como forma de extinção de crédito tributário'.

Note-se, a esse propósito, que os arts. 64 e 64-A, da Lei nº 9.532/97, ao criarem mecanismos de proteção ao crédito fiscal da União não causam embaraço ao exercício de quaisquer das modalidades de extinção do crédito tributário, tampouco violam o direito do contribuinte ou de quaisquer entes federados, na medida em que em momento algum impedem o devedor de oferecer bens idôneos, bens desonerados, diga-se, bens que não tenham sido objeto de arrolamento, para satisfação de outros créditos. Do mesmo modo, o instituto do arrolamento também não impede o devedor de pleitear a substituição do bem gravado.

Ante o exposto, voto no sentido de dar provimento à apelação e à remessa oficial.

Com efeito, verifica-se que, no recurso especial, não houve impugnação de fundamento basilar que ampara o acórdão recorrido, qual seja, o de que o recorrente poderia ter pleiteado a substituição do bem arrolado, além da suposta demora no cancelamento do arrolamento não poder ser utilizada como justificativa para seu deferimento por meio do mandado da segurança, esbarrando, pois, no obstáculo da Súmula 283/STF, que assim dispõe: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.*". A respeito do tema: **AgRg no REsp 1.326.913/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 4/2/2013; **EDcl no AREsp 36.318/PA**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 9/3/2012.

Por fim, para se averiguar a existência de prejuízo decorrente do arrolamento de bens, como assevera a recorrente, seria essencial a incursão nos fatos e nas provas dos autos, o que é vedado nesta instância superior, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

Pelos mesmos motivos, segue obstado o recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional, sendo certo que não foram atendidas as exigências dos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §1º, do RISTJ.

ANTE O EXPOSTO, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

